



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2015.0000229985

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0008732-19.2008.8.26.0477, da Comarca de Praia Grande, em que é apelante FERNANDO CÉSAR DOS ANJOS, é apelado GILBERTO GROPO (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "negaram provimento ao recurso, com observação, por votação unânime.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores WALTER CESAR EXNER (Presidente), GIL CIMINO E JAYME QUEIROZ LOPES.

São Paulo, 9 de abril de 2015

WALTER CESAR EXNER

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação com Revisão nº: 0008732-19.2008.8.26.0477

Apelante: Fernando César dos Anjos.

Apelado: Gilberto Gropo.

Ação: Indenização (nº 477.01.2008.008732-8/00)

Comarca: Praia Grande – 1ª Vara Cível.

Voto nº 15.338

Acidente de veículo. Reparação de danos morais. Réu que colide com a traseira do veículo à frente, ultrapassa mureta divisória, cruza a pista no sentido contrário e atinge fatalmente ciclista no acostamento oposto. Presunção de culpa não elidida. Quantum indenizatório não impugnado. Sentença mantida. Litigância de má-fé. Artigos 17, II, VI e VII, e 18, caput, do Código de Processo Civil. Recurso desprovido, com observação.

Vistos.

Trata-se de ação de indenização movida por Gilberto Gropo em face de Fernando César dos Anjos, julgada parcialmente procedente pela r. sentença de fls. 135/141, cujo relatório fica adotado.

Apela o réu alegando, preliminarmente, ilegitimidade ativa do apelado, que não teria comprovado ser irmão da vítima do acidente automobilístico. No mérito, aduz que o evento foi “*mera fatalidade*”, tanto que o respectivo inquérito policial foi arquivado à vista da total ausência de culpa de sua parte, como concluiu o laudo pericial. Afirma que não restou demonstrada sua participação no embate, ao qual não deu causa. Sustenta, ainda, culpa exclusiva da vítima, que transitava de bicicleta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

imprudentemente pelo acostamento de uma rodovia, aguardando a possibilidade de atravessar em local não permitido.

O recurso foi recebido em ambos os efeitos e o apelado, em contrarrazões, pugnou pelo desprovimento.

É o relatório.

O apelo é manifestamente improcedente e protelatório, não merecendo qualquer reparo a sentença recorrida, que deve ser mantida por seus próprios e judiciosos fundamentos, **como facultado pelo art. 252 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça**, cuja aplicação vem sendo prestigiada por inúmeros integrantes desta E. Corte de Justiça e endossada pelo C. Superior Tribunal de Justiça, como se observa dos julgamentos dos REsp 662.272-RS, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio Noronha, j. em 04.09.2007; REsp 641.963-ES, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. em 21.11.2005; REsp 592.092-AL, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. em 17.12.2004; e REsp 265.534-DF, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. em 01.12.2003.

Todavia, muito embora salte aos olhos a responsabilidade do apelante – cuja insurgência é verdadeiramente afrontosa –, para que não se alegue qualquer nulidade e, de outro lado, também para apontar

sua evidente má-fé, faz-se oportuno fundamentar com razoável minúcia o presente *decisum*.

De início, não comporta acolhimento a alegação de ilegitimidade do autor para propor a demanda reparatoria de danos morais decorrentes da morte da vítima do acidente em tela, verificando-se facilmente que esta era sua irmã pelo confronto entre sua certidão de óbito (fls. 15) e o documento de identidade do ora apelado (fls. 45), nos quais consta a mesma filiação. Logo, patente a legitimidade ativa do recorrido, cujo abalo emocional se presume diante do vínculo fraterno com a falecida, o qual, ademais, nem sequer foi impugnado apropriadamente pelo réu, que se limitou a arguir sua inexistência.

Quanto ao mérito, importa anotar primeiramente que a responsabilidade civil não se confunde com a penal, afigurando-se irrelevante o arquivamento do inquérito que apurava o homicídio culposo, mesmo porque, naquele âmbito, cabe ao acusador provar cabalmente a culpabilidade do acusado, ao passo que aqui, diante das especificidades do caso, sua culpa é presumida.

Com efeito, “*nos casos de acidente de trânsito com abalroamento na traseira presume-se a culpa do condutor do carro abalroador, visto inobservar o dever de guardar distância de segurança entre seu automóvel e o que segue imediatamente à frente*” (RT, 611/129), conforme o artigo 29, II, do Código de Trânsito Brasileiro, que, frise-se,

determina que o condutor esteja sempre atento para as condições do local e da circulação, entre outros.

No presente caso, é incontroverso que o réu, após colidir com a traseira de um terceiro veículo que seguia a sua frente, ultrapassou a mureta divisória, cruzando a pista de rolamento no sentido contrário e atingindo fatalmente a irmã do autor, que circulava de bicicleta no acostamento oposto, inexistindo qualquer elemento probatório que elida a presunção de culpa que recai sobre o ora apelante.

Com efeito, não produziu ele qualquer prova testemunhal, restando isolada a alegação de que o automóvel a sua frente o tenha “*abalroado na lateral direita*” (fls. 25), contrariada por todos os elementos probatórios colacionados aos autos, notadamente o laudo pericial de fls. 91/94, demonstrando a toda obviedade os danos frontais causados ao veículo do apelante.

Por outro lado, as demais alegações aduzidas em sede de apelação afiguram-se acintosas, em especial quando afirma que nem “*sequer teve participação direta no evento danoso*” ou que “*O acidente fatal jamais teria ocorrido se a vítima, não estivesse no acostamento da estrada*” (sic, fls. 153), imputando culpa exclusiva a ela – que trafegava regularmente por local adequado, em acordo com as regras do CTB (artigos 58 e anexo I).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Assim, não impugnado o valor da indenização por danos morais fixado pelo juízo *a quo*, de rigor a manutenção integral da sentença recorrida.

Por fim, inegável a má-fé do apelante diante da flagrante alteração da verdade dos fatos, razão pela qual o condeno ao pagamento de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa, nos termos dos artigos 17, incisos II, VI e VII, e 18, *caput*, do Código de Processo Civil.

Isto posto, pelo meu voto, **nego provimento ao recurso, com observação.**

WALTER CÉSAR INCONTRI EXNER
Relator